

Recomendação

Matosinhos: município arco-íris

Considerando:

- que em 2013 a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) apresentou os resultados de um estudo em que participaram 93 000 cidadãos e cidadãs Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans(LGBT) de toda a Europa¹ e que os resultados apresentados revelaram um cenário bastante dramático sobre o quotidiano destas pessoas, designadamente: vulnerabilidade a ataques verbais e físicos, preferindo as vítimas manter a invisibilidade para prevenir consequências negativas; dois terços das pessoas entrevistadas europeias esconderam o fato de serem LGBT ao longo da sua vida escolar; mais de 60% foram confrontadas com comentários negativos ou assédio; 19% sentiram-se discriminadas no mundo laboral; 26% das pessoas entrevistadas foram atacadas ou ameaçadas nos últimos cinco anos e a maioria receia andar na rua lado a lado com a/o parceira/o do mesmo sexo;
- que a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável refere no seu Objetivo 4 que até 2030 é necessário assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
- que através do Roteiro da União Europeia Contra a Homofobia e a Discriminação em razão da Orientação Sexual e da Identidade de Género², aprovado em janeiro de 2014, a Comissão Europeia instou os Estados-Membros e as agências relevantes a trabalharem em conjunto na adoção de uma política destinada a proteger os direitos fundamentais das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexo (LGBTI+), salientando o papel da troca de boas práticas entre os Estados-Membros para o cumprimento da suas

¹ EU LGBT survey - European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey - Main results ,
<http://fra.europa.eu/en/publication/2014/eu-lgbt-survey-european-union-lesbian-gay-bisexual-and-transgender-survey-main>

² <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2014-0062&language=PT&ring=A7-2014-0009>

obrigações, condenando veementemente toda e qualquer discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género e lamentando que os direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ ainda não sejam sempre plenamente defendidos na União Europeia;

- a existência da Rede Internacional de Cidades Arco-Íris (Rainbow Cities Network³), cidades interessadas na defesa dos direitos das comunidades LGBTI+, que tem por base a partilha de boas práticas, métodos e abordagens para lutar contra a discriminação de pessoas LGBTI+, podendo aderir qualquer cidade europeia com políticas nesta área. No memorando de entendimento, as Cidades Arco-Íris concordam que os governos locais têm responsabilidades num vasto leque de áreas políticas e providenciam serviços a todos os cidadãos. Os governos locais garantem que todos são tratados de forma igualitária e que têm acesso aos serviços prestados pela administração local. Consideram-se também responsáveis pela criação de um ambiente que é definido pelo respeito pela diversidade e inclusão. Quanto à integração da diversidade, a implementação de políticas locais LGBTI+ é um elemento importante. As cidades da Rede consideram ser da sua responsabilidade proteger e apoiar as pessoas LGBTI+, bem como promover a troca entre cidades de boas práticas e de iniciativas como forma de criar um impacto local efetivo. A Rede de Cidades Arco-Íris tem os seguintes objetivos: Promover a inclusão de pessoas LGBTI+ e aumentar a visibilidade das questões LGBTI+; Partilhar experiências, conhecimentos, materiais, boas práticas e desafios; Explorar possíveis ações comuns em dias especiais, eventos ou ocasiões; Desenvolvimento de projetos / colaboração entre duas ou mais cidades.

Para a adesão de uma cidade é necessário o Presidente da Câmara, ou o Vereador com a competência delegada, garantir o apoio político através da assinatura do Memorando de Entendimento, comprometendo-se com os objetivos e atividades da Rede. Fazem parte desta rede cidades como Barcelona, Amesterdão, Berlim, Bolonha, Liubliana, entre várias outras. Ainda não consta nenhuma cidade portuguesa e entendemos que uma ou mais

³ <https://www.rainbowcities.com/>

idades de Matosinhos deveriam estar na vanguarda. Neste momento, esta rede tem apelado a um maior apoio por parte das cidades que a integram com vista a poder dinamizar a mesma. Acreditamos que Matosinhos pode ter um papel diferenciador de apoio e incentivo a esta rede;

- a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, cujo terceiro pilar se intitula “Plano de Combate à Discriminação em razão da orientação sexual, identidade do género e características sexuais”;
- as declarações da Secretária de Estado do Turismo indicando que há “36 milhões de turistas LGBTI+ por ano no mundo que são fiéis e repetentes” e que os destinos que promovem os direitos LGBTI+ são destinos que “defendem os Direitos Humanos”;
- em 2019, de junho a outubro, se realizam marchas em Portugal pelos direitos LGBTI+, pelos Direitos Humanos, pela igualdade, pelo respeito e pela não discriminação⁴, apesar de ainda haver muito por fazer (de referir em particular a existência de crimes de ódio em Portugal a pessoas LGBTI+);
- a importante parceria entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a Associação “Plano i” tendo a CMM tido sempre uma atitude facilitadora e de apoio sem reservas.

Por todos estes considerandos, e tendo em conta que a administração local é um agente privilegiado para a implementação de políticas públicas no domínio da igualdade e da não discriminação, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Matosinhos, na sua Sessão Ordinária de 28 de junho de 2019, recomende à Câmara Municipal de Matosinhos que:

- estabeleça contacto com a organização responsável pela Rede de Cidades Arco-Íris (Rainbow Cities Network) com vista ao seu apoio e posterior adesão;

⁴ <https://www.publico.pt/2019/05/22/p3/noticia/de-norte-a-sul-do-pais-orgulho-lgbti-volta-sair-rua-1873442>

- desenvolva ferramentas e estratégias para que Matosinhos seja um município-exemplo e de vanguarda nas políticas de não discriminação e de promoção da igualdade, nomeadamente no que às comunidades LGBTI+ diz respeito.

Mais se solicita que sobre esta recomendação possa ser dado conhecimento a todas as associações que pugnam pela igualdade e a não discriminação de pessoas LGBTI+.

O Grupo Municipal PAN,